

diversos institutos de pesquisa da Alemanha sobre a América Latina. Contudo, o trabalho de reflexão de Lohbauer sobre a parceria entre dois países de realidades políticas e econômicas tão complexas só teria a ganhar se o esforço do autor tivesse sido estendido às análises das fontes diplomáticas. O trabalho, que possui uma perspectiva histórica, deixa de realizar uma discussão epistemológica importante para o relacionamento bilateral ao negligenciar a documentação diplomática. O estudo de Moniz Bandeira sobre o mesmo tema nos autoriza o comentário.

Conviria, enfim, corrigir algumas imprecisões do texto. Afirma-se, por exemplo, que “...final de outubro de 1968, ocorre a primeira visita de um ministro do Exterior alemão ao Brasil” (p. 42). Entretanto, Heinrich von Brentano, Ministro do Exterior da República Federal da Alemanha entre 1955 a 1961, visitou o Brasil entre 29 de agosto a 7 de setembro de 1960. Também quanto à titulação dos representantes dos órgãos constitucionais alemães, a obra pode provocar alguma confusão ao leitor desatento: o chanceler Helmut Schmidt é denominado equivocadamente de “presidente” Schmidt (p. 25), enquanto Willy Brandt, então Ministro das Relações Exteriores, de “chanceler” (p. 40). Ainda assim, a publicação ocupa uma posição relevante entre as análises sobre as relações bilaterais brasileiras.

Ione Oliveira

LLADÓS, José María & GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (orgs). *Perspectivas: Brasil e Argentina*. Brasília: IPRI, 2000, 668 p.

O livro reúne vinte e cinco estudos de acadêmicos, técnicos, diplomatas e autoridades governamentais. Os autores, brasileiros e argentinos em número equilibrado, expõem o conhecimento com a autoridade de quem está familiarizado com os temas, senão mesmo de quem é protagonista na área de ação. O estilo formal e documentado das contribuições em nada se assemelha a conferências, mas sim a trabalhos escritos para fins de publicação científica. Contudo, os textos foram previamente discutidos em seminário binacional promovido pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI) do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O livro se insere em uma série de publicações desse Instituto, cuja finalidade precípua é a de apoiar a Presidência da República e as autoridades setoriais do Governo nas responsabilidades de formulação de estratégias políticas.

O livro estuda os progressos e as possibilidades da economia, da vida política e da sociedade, no Brasil e na Argentina. Duas preocupações norteiam as análises, feitas por especialistas no respectivo setor: as convergências que aproximam as realidades internas de cada país e lhes conferem certa unidade de feição e as diferenças que as distinguem e lhes conferem perfil próprio. Esses

traços resultam provavelmente da orientação metodológica que os organizadores transmitiram aos autores, cujos textos foram encomendados. O livro foi escrito com a finalidade de exibir um diagnóstico exaustivo das duas comunidades, nas dimensões horizontal e vertical. A finalidade cognitiva é óbvia, tanto quanto a normativa. Sem diagnósticos corretos, as possibilidades de cooperação bilateral e o próprio processo de integração inevitavelmente incorrem em erros de decisão, o que provoca ressentimentos e reações imprevisíveis, como se tem observado nos anos recentes.

O volumoso livro de 668 páginas dissecou em estudos comparativos quatro ângulos da composição das duas sociedades:

- a) *A política na Argentina e no Brasil*: São objetos de estudo, sob esse aspecto, tanto os programas recentes de estabilização política, quanto o próprio modelo democrático. A democracia é inventariada em sua experiência concreta, no exercício do poder e nas relações entre os poderes. Também na relação com as forças armadas, com a defesa e com o desafio de lidar externamente em meio ao processo de integração no Cone Sul. Esses estudos estiveram a cargo de Gláucio Soares, José Bordón, Fabiano Santos, Ana Mustapic, Armando Vidigal, José Lladós e José Paradiso;
- b) *A economia na Argentina e no Brasil*: São objetos de diagnósticos, prioritariamente, os problemas que repercutiram na relação entre os dois países nos anos noventa: a agricultura e as políticas agrícolas, o comércio exterior e as políticas comerciais e, por fim, a análise do endividamento. O economista Roberto Lavagna desenvolveu uma descrição da evolução comparada das economias de ambos os países na segunda metade do século XX, indicando, década após década, a racionalidade e a incoerência das reações diante dos condicionamentos externos e das estratégias autoformuladas. As outras contribuições foram de Mauro Lopes, Félix Cirio, Renato Baumann e Ricardo Arriazu;
- c) *A História na Argentina e no Brasil*: Dividida em quatro períodos, a História comparada dos países foi narrada por um autor brasileiro e outro argentino, numa tentativa bem sucedida de superar a história de caráter nacional. A experiência das sociedades durante os períodos de Vargas e Perón, de Kubitschek e Frondizi, durante o regime militar em cada um dos lados do Prata, os processos de redemocratização e tantos outros aspectos da vida desses povos foram comparados com o intuito de aprofundar o conhecimento um do outro. Apresentando-se como síntese evolutiva do conhecimento social integrado, esses textos estiveram a cargo de Amado Cervo, Juan Torre, José Beired, Torcuato Di Tella, Paulo Vizentini, Rosendo Fraga e Mónica Hirst;
- d) *A ciência e a tecnologia na Argentina e no Brasil*: Os dois países enfrentaram, de modo distinto e com êxito diferente, os períodos de prevalência dos métodos produtivos clássicos e do revolucionário complexo da informática.

Os progressos da ciência e da tecnologia em ambos os países foram analisados em seu aspecto teórico e aplicado por Enrique Draier (informática), Marília Marques e Carlos Correa (biotecnologia), Conrado Varotto (atividade espacial) e José Goldemberg (energia).

As perspectivas de cooperação entre Brasil e Argentina no seio do processo de integração dependem tanto dos tomadores de decisão, quanto do conhecimento adequado de dados empíricos que fundamentem a decisão. O livro publicado pelo IPRI aparece, assim, como um instrumento para subsidiar o processo decisório. Sugere outro estudo complementar que situaria as realidades objetivas dos dois países no contexto das estruturas de poder do mundo globalizado. O conhecimento insuficiente deste outro condicionamento da vida das sociedades periféricas também induz erros estratégicos na tomada de decisão, como afirma Samuel Pinheiro Guimarães no capítulo conclusivo.

Wolfgang Döpcke

- GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo/Brasília: Editora Alfa-Ômega/Fundação Alexandre de Gusmão/FUNAG, 2000, 222 p.
- _____. *O Brasil e a Liga das Nações (1919–1926)*. Porto Alegre/Brasília: Ed. da Universidade/UFRGS/Fundação Alexandre de Gusmão/FUNAG, 2000, 167 p.

Um jovem autor, Eugênio Vargas Garcia, lança quase que simultaneamente dois trabalhos de relevância para o estudo da política externa brasileira e da inserção do país no cenário internacional. O primeiro é *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*, um pequeno grande livro que consegue o prodígio de, em pouco mais de duzentas páginas, fixar, em seus marcos essenciais, a trajetória do Brasil em relação ao exterior, dos primórdios da colonização portuguesa ao ano de 1998.

Pode-se dizer que a mais expressiva contribuição oferecida por essa obra reside naquilo que, ao próprio autor, pode parecer algo menor, como se depreende de suas palavras apresentadas na Nota Introdutória. Refiro-me à recuperação do “fato histórico” como elemento insubstituível a um bem estruturado trabalho de interpretação. Com efeito, ao apontar os males de que padece qualquer cronologia, Garcia menciona o factualismo de origem, a arbitrariedade na seleção e no ordenamento dos fatos e a inevitável simplificação que acomete esse tipo de trabalho.

Quanto à arbitrariedade, impossível apontar um trabalho de investigação científica, independentemente da área, que não esteja contingenciado por esse